

# **APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA DE FURNAS: REFLEXO DA CRISE INTITUCIONAL BRASILEIRA E DA LEI DE RESPONSABILIDADE DAS ESTATAIS**

GEC

Felipe Sousa Chaves

Leonardo dos Santos Pessoa

Victor Rodrigues da Costa



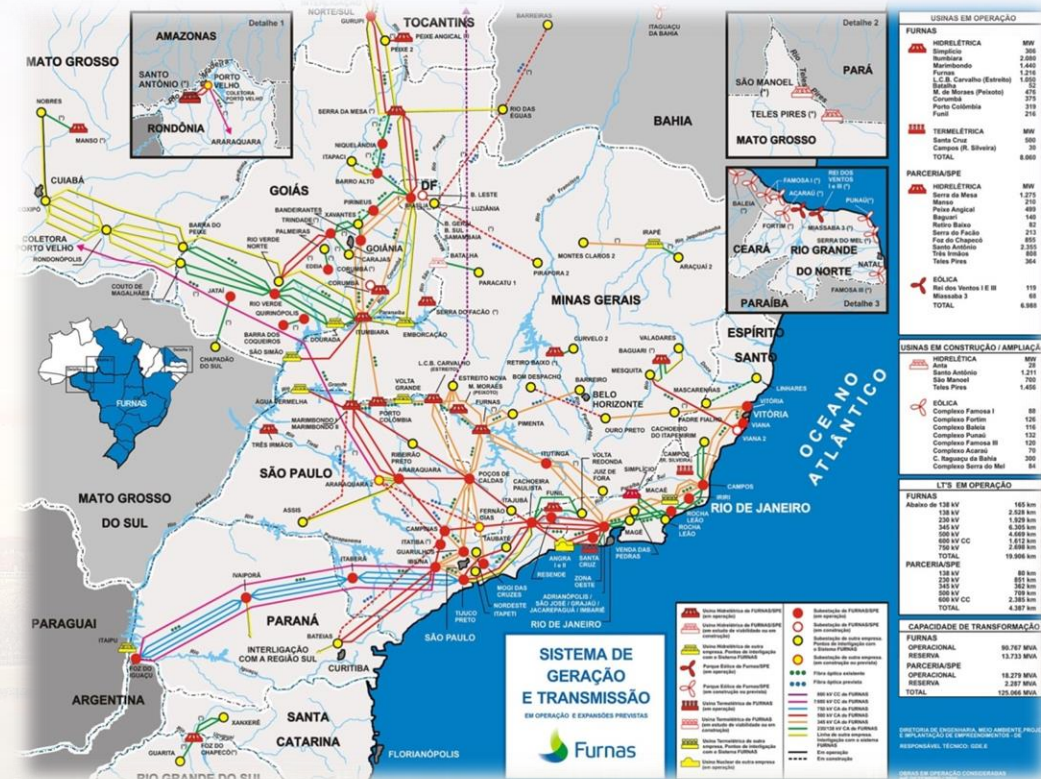
IBGC: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

Governança Corporativa: sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

Lei 6.404/1976: Lei das Sociedades por ações. Maior referencial legal de governança para sociedades de capital aberto e fechado.

Lei 13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais): Estatuto jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista. Responsável pelo avanço nos últimos meses da governança e conformidade nas empresas estatais.





20 usinas



25.563 km



3 parques



70/120.773 MVA



2 usinas

Nº	Agentes do setor	Potência Instalada (kW)	
1º	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	10.609.131	7,2%
2º	Furnas Centrais Elétricas	9.411.200	6,4%
3º	Centrais Elétricas do Norte do Brasil	9.222.104	6,2%
4º	Engie Brasil Energia	7.251.818	4,9%
5º	Itaipu Binacional	7.000.000	4,7%
6º	Petróleo Brasileiro	6.239.225	4,2%
7º	Cemig Geração e Transmissão	5.310.277	3,6%
8º	Rio Paraná Energia	4.995.200	3,4%
9º	Copel Geração e Transmissão	4.921.216	3,3%
10º	Energia Sustentável do Brasil	3.750.000	2,5%

Em meados de 2012, o Governo Federal antecipou, por meio da Medida Provisória (MP) 579/2012, o vencimento das concessões de geração e transmissão de energia elétrica que venceriam entre 2015 e 2017. Em troca, essas concessionárias foram remuneradas pelos ativos não amortizados e aceitaram receber pela energia gerada/transportada uma tarifa que apenas cobrisse a manutenção e operação das concessões (O&M). Essas tarifas passaram a ser reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

## ENERGY for the FUTURE

Español English

Let's build a sustainable energy future

Lecciones aprendidas de cómo mejorar la gobernanza de las empresas en el sector de energía

1 COMMENT

2016 SYLVIA LARREA

ELECTRICIDAD, EMPRESAS, ENERGÍA, FURNAS, GOBERNANZA, INSTITUCIONES, LECCIONES, REESTRUTURACION ORGANIZACIONAL, SECTOR DE ENERGÍA, SOSTENIBILIDAD ENERGÉTICA

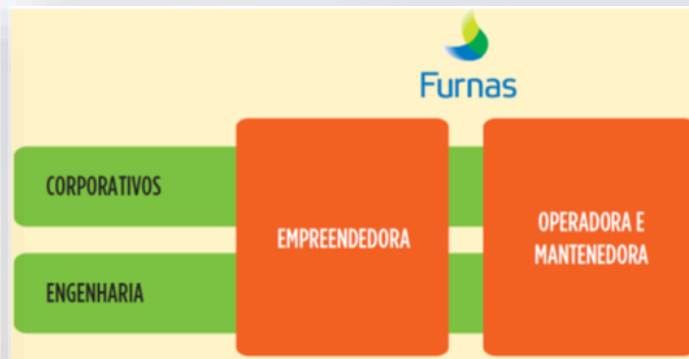
Tweet

Pin it Compartir 6

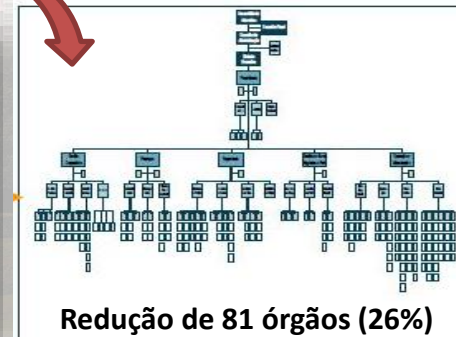
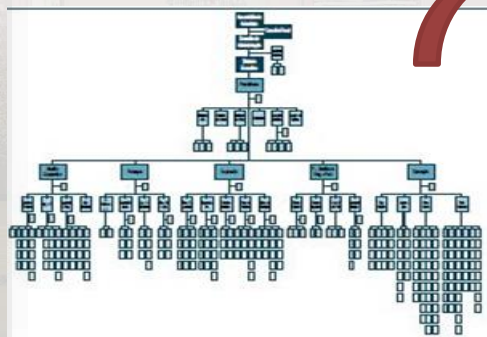
PRO-Furnas

## Programa de Reestructuración Organizacional

Presentación del Caso de Furnas Centrais Elétricas S.A.



- Gestão por processos
- Mobilidade Interna
- CSCs



Redução de 81 órgãos (26%)

### CVM multa União em R\$ 500 mil por conflito de interesse na Eletrobrás

Para regulador, governo deveria ter deixado de votar em assembleia que aprovou a adesão da estatal do setor elétrico à MP 579; Eletrobrás renovou concessões antecipadamente em troca de baixar o preço da energia elétrica

#### POLÍTICA

23/07/2014 - 20h10

### TCU condena ex-diretores da Petrobras por prejuízo com Pasadena, mas inocenta Dilma

BBC

Entrar

Menu

## BRASIL

Notícias | Brasil | Internacional | Economia | Saúde | Ciência | Tecnologia | Aprenda Inglês

### Cargos indicados por partidos são 'caixa-preta' no governo



## ALGUNS DOS ESCÂNDALOS EM ESTATAIS

Petrobras (Operação LavaJato)

Eletrobras (Operação Radioatividade)

Nuclebras (desvio de recursos)

Correios (Mensalão)

Furnas (desvio de recursos)

Valec (superfaturamento)

Casa da Moeda (fraude à licitação)

Hemobrás (desvio de recursos)

**NOSSAS ESTATAIS NÃO PODEM  
SER UM ANTRO DE CORRUPÇÃO!**

## ENTENDA A PROPOSTA DE LEI DE RESPONSABILIDADE DAS ESTATAIS:

### ÉTICA NO USO DE RECURSOS PÚBLICOS

Despesas com patrocínio e publicidade não poderão ultrapassar 0,5% da receita bruta do ano anterior. Em ano de eleição, a publicidade e patrocínio não podem exceder a média dos 3 anos anteriores.

#PORUMBRASILMELHOR

## ENTENDA A PROPOSTA DE LEI DE RESPONSABILIDADE DAS ESTATAIS:

### Fim da indicação política para cargos de administração nas Estatais.

A proposta proíbe ministros, secretários de Estado (ou parentes), políticos no mandato (ou que tenham sido diretores de partido) e diretores de organização sindical de fazerem parte do conselho de administração ou da direção das empresas.

#PORUMBRASILMELHOR

## ENTENDA A PROPOSTA DE LEI DE RESPONSABILIDADE DAS ESTATAIS:

Para participar do conselho de administração ou da diretoria, o indicado deverá ter, no mínimo, 10 anos de experiência na área de atuação da empresa e 3 anos em cargo de direção ou chefia no setor público ou privado.

**SOMENTE PROFISSIONAIS  
COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA  
DEVEM ASSUMIR CARGOS DE  
RESPONSABILIDADE.**

#PORUMBRASILMELHOR

## A VERDADE SOBRE LEI DE RESPONSABILIDADE DAS ESTATAIS:

### O PLS 555 NÃO PRIVATIZA NENHUMA ESTATAL.

A proposta para privatizar uma empresa é de iniciativa exclusiva do Governo. Somente ele pode pedir ao Congresso que autorize a desestatização.

#PORUMBRASILMELHOR

## ENTENDA A PROPOSTA DA LEI DE RESPONSABILIDADE DAS ESTATAIS:

Existem 2 tipos de estatais no Brasil: empresas públicas (o governo é o único dono) e sociedade de economia mista (governo + iniciativa privada).

**Hoje não há regras claras de  
fiscalização e transparência. O  
projeto cria instrumentos para  
proteger o patrimônio público.**

#PORUMBRASILMELHOR

**CF/88**

**Art. 173 ... “§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:**

- I - sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade;**
- II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;**
- III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública;**
- IV - a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários;**
- V - os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores.**



## Avanços destacáveis na Governança:

- Aproxima gestão e controle das estatais aos de empresas privadas
- Critérios e requisitos para assunção, Comissão de elegibilidade
- Tratamento diferenciado para empresas de menor porte
- Carta Anual de Política Pública e Governança
- Código de Conduta e Integridade
- Estabelece Prática das três linhas de defesa: I – ação dos administradores e empregados, por meio da implementação cotidiana de controles internos; II – função de Compliance e Riscos; e III – Auditoria Interna e Comitê de Auditoria Estatutário.
- Critérios para escolha e sucessão de dirigentes, limitação de recondução e mandato
- Membros independentes nos conselhos

## Alguns requisitos para cargos da alta administração:

Ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado, contemplando curso de graduação ou pós graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

Áreas aderentes ao cargo:

a) Administração ou Administração Pública; b) Ciências Atuariais; c) Ciências Econômicas; d) Comércio Internacional; e) Contabilidade ou Auditoria; f) Direito; g) Engenharia; h) Estatística; i) Finanças; j) Matemática; e k) curso aderente à área de atuação da empresa para a qual foi indicado.

Ter experiência profissional (pelo menos uma alternativas abaixo):

10 anos na área de atuação da estatal ou em área conexa ao cargo para o qual foi indicado

04 anos em cargo de direção (conselho de administração, diretoria ou comitê de auditoria) ou chefia superior (dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa) em empresa de porte ou objeto semelhante ao da estatal

04 anos em cargo equivalente a DAS-4 ou superior em pessoa jurídica de direito público interno

04 anos como docente ou pesquisador, de nível superior, na área de atuação da estatal

04 anos como profissional liberal em atividade vinculada à área de atuação da estatal

Possuir notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado.

Elementos mais aderentes de notório conhecimento compatível com o cargo de administrador: Exemplos: a) qualquer Mestrado ou Doutorado; b) publicações acadêmicas; c) experiência acumulada em conselhos

Ser residente no Brasil (requisito obrigatório apenas para indicação de Diretor)

Cumprir as exigências do estatuto social da estatal

## Algumas vedações para cargos da alta administração:

Não ser representante do órgão regulador ao qual a empresa estatal está sujeita
Não ser Ministro de Estado, Secretário Estadual ou Secretário Municipal
Não ser titular de cargo em comissão na administração pública federal, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público (aplica-se a servidor ou ao empregado público aposentado que seja titular de cargo em comissão da administração pública federal direta ou indireta)
Não ser dirigente estatutário de partido político, ainda que licenciado
Não ser titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado
Não ser parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I a IV
Não ter atuado, nos últimos trinta e seis meses, como participante de estrutura decisória de partido político
Não ter atuado, nos últimos trinta e seis meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral
Não ter firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a União, com a própria estatal ou com empresa estatal do seu conglomerado estatal, nos três anos anteriores à data de sua nomeação
Não ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político administrativa controladora da empresa estatal ou com a própria estatal

Outras: Lei da Ficha Limpa, Lei das S/A, Lei de Conflitos de Interesse



Implementação total:

**Resolução CGPAR nº 20, de 17 de abril de 2017**

Art. 1º As empresas estatais federais deverão convocar Assembleia Geral para adaptação dos seus estatutos sociais à Lei nº 13.303 até... **III - Grupo Eletrobras: até 30 de novembro de 2017;**

“a instituição de Comitê de Auditoria deverá ser pautada até 28 de fevereiro de 2018;”

“o número mínimo de membros do Conselho de Administração deverá ser atendido até 30 de junho de 2018;”

“as atribuições do Conselho de Administração, previstas no art. 142, II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, deverão ser introduzidas após as Assembleias Gerais Ordinárias de 2018; VI - as atribuições da Assembleia Geral, previstas no art. 122, II, da Lei 6.404, de 1976, deverão ser pautadas após as Assembleias Gerais Ordinárias de 2018; e VII - a auditoria trimestral das demonstrações financeiras poderá ser implementada até 30 de junho de 2018.”

“definir prazo de gestão unificado de dois anos para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas; e IV - definir o prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal, que deverá ser de dois anos, sendo permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas.”

- Nova redução da estrutura: redução de um nível hierárquico
- Ouvidoria ligada ao Conselho de Administração
- Criação da Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos
- CSC para o Grupo Eletrobras
- Integração do SAP para o Grupo Eletrobras
- Primeiras adequações à Lei de Responsabilidade das Estatais
- Plano de Aposentadoria Incentivada e Plano de Incentivo ao Desligamento

## OBRIGADO

**FELIPE SOUSA CHAVES, M. Sc.**



(21) 2528-3407



(21) 98115-5662



fschaves@furnas.com.br



www.furnas.com.br



**FURNAS**